



1 **CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**
2 **UNIDADE REGIONAL COLEGIADA DO RIO DAS VELHAS**
3 **Ata da 1ª reunião, realizada em 17 de março de 2008**
4

5 Aos dezessete dias de março de 2008, reuniu-se a Unidade Regional Colegiada do Rio
6 das Velhas (URC Velhas) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), no
7 auditório da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
8 (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes membros efetivos e
9 suplentes: o presidente Shelley de Souza Carneiro e José Cláudio Junqueira Ribeiro;
10 Ana Lúcia Guará Bezerra, Irene Maria Vaz Magni Frayha, Fabrício Marques
11 Ferragini, Mauro Lúcio de Moura Alves, Valter Vilela Cunha, Sídon Clévio Etrusco;
12 Fernando Antonio Cardoso / Atila Bastos Parreiras; Rodrigo Dutra Amaral / Priscila
13 de Carvalho e Oliveira; Guilherme Gonçalves Teixeira, José Fernando Coura, Carlos
14 Alberto de Freitas / Maria Antonieta Alcântara Mourão; Ronaldo Luiz Rezende
15 Malard / Márcia Aparecida Silva; Maria Dalce Ricas. **1) EXECUÇÃO DO HINO**
16 **NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro pelo subtenente
17 Roberto Oliveira, saxofonista da banda de música da Polícia Militar de Minas Gerais.
18 **2) POSSE DOS CONSELHEIROS.** O presidente da FEAM e vice-presidente da
19 URC, José Cláudio Ribeiro Junqueira, leu o termo de posse dos membros da URC Rio
20 das Velhas para o triênio 2008/2011 e em seguida cada conselheiro assinou o termo de
21 posse, referendado pelo presidente da URC e secretário adjunto de Estado do Meio
22 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Shelley de Souza Carneiro. **3)**
23 **ABERTURA DA SESSÃO.** O presidente Shelley de Souza Carneiro referendou a
24 posse dos conselheiros, destacou a importância da regionalização e a nova fase do
25 COPAM. “É com esse modelo novo que estamos tentando trazer uma nova visão do
26 COPAM, nova visão de se trabalhar em conjunto, integrado, uma visão participativa
27 de toda a sociedade... E com essa visão tenho certeza que vamos avançar muito nessa
28 democracia sustentável, que estamos tentando dar ao nosso projeto de
29 desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.” O vice-presidente da URC, José
30 Cláudio Ribeiro Junqueira se manifestou ressaltando que deverá ser dada uma
31 “dinâmica de agilidade e objetividade” às reuniões da URC, para se conseguir
32 alcançar os objetivos. “As pautas tendem a ser muito longas, porque a bacia do rio das
33 Velhas tem uma grande ocupação, com desenvolvimento industrial, minerário e de
34 infra-estrutura muito intenso e com muitos problemas ambientais, exatamente pela
35 histórica ocupação da bacia. Também há uma grande preocupação preservacionista do
36 que sobrou na bacia. Então é uma bacia que tem muitos conflitos e estamos aqui para
37 minorar esses conflitos.” **4) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** A
38 conselheira Ana Lúcia Guará Bezerra solicitou que fosse elaborada uma síntese dos
39 pareceres técnico dos processos constantes das pautas das reuniões e encaminhada aos
40 membros da URC com antecedência regimental, conforme era feito nas câmaras



41 especializadas do COPAM. A conselheira reivindicou, ainda, que nas Autorizações
42 Ambientais de Funcionamento (AAFs) seja identificado o número do processo do
43 DNPM. A conselheira Maria Dalce Ricas sugeriu que o envio do material impresso
44 das reuniões só fosse feito para os conselheiros que solicitarem, devendo ser adotado
45 para os demais casos o envio da documentação por meio eletrônico, visando evitar o
46 desperdício. O conselheiro Ronaldo Luiz Rezende Malard registrou sua satisfação de
47 participar da URC e justificou a ausência do vice-prefeito de Belo Horizonte, Ronaldo
48 Vasconcelos, também membro da unidade regional. Apollo Heringer Lisboa,
49 coordenador do Projeto Manuelzão, pediu a palavra e se manifestou propondo
50 mudanças no sistema de gestão de recursos hídricos. Síntese da manifestação do
51 representante do Projeto Manuelzão: “O que vou manifestar aqui é uma posição
52 bastante séria, definida pelo Projeto Manuelzão, que vai nortear nossa ação daqui por
53 diante. Quando começou-se a fazer a descentralização do COPAM, vimos com
54 simpatia, porque descentralizaria e levaria as decisões para mais próximo dos locais
55 onde aconteciam as questões. A nossa proposta era que os COPAMs fossem
56 descentralizados por bacia hidrográfica. Temos sistema de gerenciamento de recursos
57 hídricos e de gestão do meio ambiente, e tínhamos que fazer com que os dois se
58 integrassem. Achamos que chegou a hora de fazer um questionamento sobre a criação
59 desta Unidade Regional Colegiada do Rio das Velhas. Estamos diante de uma
60 realidade complexa e no Comitê do Rio das Velhas conseguimos uma ótima convergência. Os
61 empresários usuários de água e as ONGs conversam, dialogam e estão definindo as
62 coisas em comum acordo. Quando li a convocação dessa reunião, tinha enviado e-mail
63 para muita gente propondo que se discutisse a gestão unificada contra essa gestão
64 desintegrada de meio ambiente e água, como se fosse possível o meio ambiente ser
65 cortado em pedaço. A criação desse modelo URC Velhas é uma derrota nossa de
66 grandes proporções e mostra como as ONGs estão sem referenciais teóricos comuns,
67 dividindo as estratégias e táticas na relação com o poder governamental e o
68 empresarial. Acreditamos durante anos na gestão paritária, o sistema de gestão
69 ambiental das águas poderia ter se tornado o eixo referencial da bacia hidrográfica do
70 rio das Velhas e de outras bacias, numa gestão estratégica, tendo na qualidade das
71 águas, no bio-monitoramento e na criação das agências de bacias instrumentos de
72 gestão descentralizados, o que seria o nosso sonho de avanço em Minas Gerais.
73 Porém, a presente condução impõe a perpetuação em Minas de um modelo arcaico de
74 gestão, de atendimento de demandas isoladas, sem visão sistêmica de funcionamento
75 da teia da vida refletida nas águas. Por questão de seriedade, democracia e
76 metodologia, poderia ter havido uma inovação experimental, acompanhada de perto e
77 com perspectiva pedagógica pelo sistema COPAM, já que no CBH Velhas e outros
78 estão representados paritariamente prefeitura, ONGs, empresas e Estado, e estava
79 dando certo antes dessa mutilação que está chegando agora. Proponho que haja
80 resistência, pois é melhor uma derrota clara que uma submissão para esconder a



81 derrota. O Instituto Guaicuy, que apóia o Projeto Manuelzão, não faz parte dessa URC
82 Velhas e isso é por si só um absurdo, e espera a solidariedade das ONGS. O CBH
83 Velhas decidiu discutir essa questão e não participar, enquanto não houver uma
84 decisão. A quem interessa essa visão dividida do espaço e sem lógica ambiental,
85 muito menos sem bio-monitoramento e com zoneamento ecológico e econômico
86 virtual, sem acento social e político?” Presidente Shelley de Souza Carneiro: “Os
87 laços que temos de amizade e respeito só engrandecem para nós, por ser sempre uma
88 linha de contribuição de políticas. Pode ter erros, as políticas existem e podem
89 acontecer com seus defeitos e erros, mas a grande maravilha é poder vir aqui de uma
90 maneira clara e sincera, inclusive para mostrar as nossas dificuldades. Em momento
91 nenhum esse processo está esgotado, estamos num processo de desenvolvimento, em
92 transição, procurando o melhor sistema, e o sistema pode ter erros, e podemos ter
93 cometido alguns, mas estamos aptos a ouvir e modificar o sistema. Não estamos
94 fechados. O secretário José Carlos (Carvalho, secretário de Estado de Meio Ambiente
95 e Desenvolvimento Sustentável) disse que o pessoal dos comitês está reclamando que
96 não participa do COPAM e que o COPAM não participa dos comitês. E ele queria
97 procurar uma solução para integrar, começamos a criar um diálogo nesses
98 procedimentos e ferramentas todas que temos. Pode não ser esse caminho e podemos
99 procurar outro caminho. Hoje é um momento muito importante, uma primeira reunião,
100 e podemos ver em que precisamos avançar. Mas quero dizer claramente que
101 precisávamos também fazer algumas reformas, melhorias. Uma das idéias foi fazer o
102 COPAM funcionar e, a partir de maio, conversar com todos os comitês, para ver uma
103 grande estrutura, para ver essa rede que queremos montar e avançar. O processo
104 começa aqui, mas tem muito a ser feito para que se torne o que todos nós esperamos,
105 principalmente na preocupação com a sustentabilidade do Estado, dentro de uma visão
106 maior e integrada. Essa teia precisa ser construída, se fortalecendo e não criando
107 problemas sérios de resistência. Precisamos de uma idéia de convergência do sistema
108 para que tenhamos mais forças. O que estava aí não nos dava respostas adequadas,
109 tanto é que a própria sociedade continuamente reclamava sobre demora e de uma série
110 de outros aspectos. O imobilismo seria o pior das coisas e a intenção é realmente
111 construir uma coisa nova. Estamos abertos ao diálogo e a continuamente modificar o
112 que está aí. Vamos aprimorar o nosso sistema.” José Cláudio Ribeiro Junqueira,
113 presidente da FEAM e vice-presidente da URC Velhas: “O esforço da URC Rio das
114 Velhas é realmente para somar com o esforço das bacias hidrográficas. Da crítica
115 quanto à dicotomia dos dois sistemas eu compartilho inteiramente. Acho que Minas
116 poderia estar avançando em termos de convergir mais, inclusive institucionalmente,
117 com esses dois sistemas. Eles não são separados como está feito na legislação, não há
118 como separar água de meio ambiente. Foi importante a manifestação para todos nós
119 conselheiros pensarmos o seguinte: o esforço é para que esse conselho convirja com a
120 bacia do Velhas. Se não houver essa convergência, realmente, vai ser o retrocesso.” O



121 conselheiro José Fernando Coura manifestou a satisfação de participar da URC Velhas
122 e destacou que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas “tem sido um
123 exemplo de democracia, participação e debate, onde as decisões têm sido praticamente
124 unânimes”. O conselheiro declarou, ainda, o apoio do setor empresarial para a
125 efetivação das metas do Projeto Manuelzão, as quais afirmou considerar como metas
126 de toda a sociedade mineira. Conselheira Maria Dalce Ricas: “A impressão que tenho
127 de comitês, e o do Velhas pode ser uma exceção, é que são entes ligados à questão de
128 outorga de recursos hídricos. Se não tiver proteção de bacias, não tem água. Concordo
129 que nadar e pescar são excelentes parâmetros, mas não conclusivos, não significam
130 que estejamos realmente agindo de acordo com os princípios de respeitar as demais
131 espécies... Acho que as mudanças até agora, sem questioná-las conceitualmente,
132 visam realmente atender a um dos pilares da política de meio ambiente, a agilidade
133 reclamada pelo setor produtivo, com justiça. Mas a proteção do meio ambiente, o
134 Estado, a sociedade e as empresas ainda estão a dever. Acho que realmente o assunto
135 tem de ser discutido de forma mais ampla. Os empreendedores têm todo o direito de
136 pedir a licença, o Estado é que tem o dever de analisar a viabilidade, protegendo as
137 áreas ou concedendo a licença. É uma pauta para o COPAM.” O conselheiro Ronaldo
138 Luiz Rezende Malard declarou seu apoio às manifestações do representante do Projeto
139 Manuelzão e frisou a importância do diálogo. “Desde a época da criação da FEAM a
140 gente já se preocupava com essa unidade, com uma política única para as questões
141 ambientais. Acho que isso está caminhando, essa integração do IGAM, IEF e FEAM
142 já foi um avanço, mas sabemos que não é o ideal, foi uma etapa que queimamos.
143 Achamos que as questões com relação ao COPAM vão melhorar e acho que a
144 descentralização é muito importante até pelo tamanho territorial do Estado de Minas
145 Gerais. Temos de continuar fazendo um exercício e acho que três palavras importantes
146 são conscientização, sensibilização e atitude do cidadão, seja pessoa jurídica, pessoa
147 física, área governamental ou a sociedade civil aqui representada. Com a vinda da
148 Câmara Normativa e Recursal, acho que vai ser o local onde poderemos discutir essas
149 políticas, para estarmos sempre avançando e o próprio Plenário do COPAM, que não
150 vai mais ter aquela atribuição de deliberar sobre recursos e penalidades, será
151 simplesmente um órgão político, de fazer gestão do meio ambiente. Acho que isso
152 será muito importante. A Ponto Terra colocou em 2003, na Ecolatina, sobre a
153 importância da criação de uma agência de meio ambiente do Estado de Minas Gerais,
154 fazendo uma política única, juntamente com os comitês de bacias. Aí, sim, acho que
155 vamos ter resultados mais significativos. E vejo a importância dos comitês de bacia
156 para que tenhamos uma definição do zoneamento sócio-econômico e ambiental no
157 Estado de Minas Gerais. No caso do vetor sul de Belo Horizonte, estamos com o
158 zoneamento sócio-econômico e ambiental engavetado desde 92, e não é colocado em
159 operação. É fundamental que tenhamos uma política sócio-ambiental e econômica
160 para o Estado de Minas Gerais, acho que vai facilitar muito e que o governo tem que



161 abraçar como prioridade junto com todos nós do COPAM e os comitês de bacia, para
162 definirmos de uma vez por todas o que queremos para Minas Gerais e as bacias de
163 nossos rios.” O conselheiro Valter Vilela Cunha elogiou o trabalho do ambientalista
164 Apollo Heringer Lisboa junto ao Comitê do Rio das Velhas e reafirmou a necessidade
165 de avanços em todo o sistema. “Acho que o comitê está num estágio muito bom, pela
166 liderança do professor Apollo. Mas acho que temos muito para avançar, temos uma
167 legislação muito complicada, para aprovar uma ETE neste COPAM é a maior
168 dificuldade do mundo. Temos confiança de que vai ser mudado, o novo plenário do
169 COPAM é um passo muito importante, mas ele não pode parar. As câmaras temáticas,
170 que muitos acham que não vão ter papel importante, acho que nelas é que serão
171 criadas as grandes propostas de novas leis, decretos e portarias para serem aprovados
172 pela Câmara Normativa e Recursal.” **ENCERRAMENTO.** Os demais itens
173 constantes da pauta foram remetidos à próxima reunião, marcada para o dia 25 de
174 março, em função do não-recebimento com a antecedência regimental, por parte dos
175 conselheiros, da documentação pertinente. Não havendo outros assuntos a serem
176 tratados, o presidente Shelley de Souza Carneiro declarou encerrada a sessão, da qual
177 foi lavrada a presente ata.

178

179

Ana Lúcia Guará Bezerra

181

182

183

184

Irene Maria Vaz Magni Frayha

185

186

187

188

189

Fabício Marques Ferragini

190

191

192

193

194

Mauro Lúcio de Moura Alves

195

196

197

198

199

200

Valter Vilela Cunha



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

201

202

203

204

205

Sídon Clévio Etrusco

206

207

208

209

210

Fernando Antonio Cardoso

211

212

213

214

215

Atila Bastos Parreiras

216

217

218

219

220

Rodrigo Dutra Amaral

221

222

223

224

225

Priscila de Carvalho e Oliveira

226

227

228

229

230

Guilherme Gonçalves Teixeira

231

232

233

234

235

José Fernando Coura

236

237

238

239

240

Carlos Alberto de Freitas



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

241

242

243

244

245

Maria Antonieta Alcântara Mourão

246

247

248

249

250

Ronaldo Luiz Rezende Malard

251

252

253

254

255

Márcia Aparecida Silva

256

257

258

259

260

Maria Dalce Ricas